

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SOROCABA

1 Ata da reunião extraordinária, configurando como a **547ª** reunião do Conselho
2 Municipal de Educação de Sorocaba (CMESO), realizada em **vinte e sete de março**
3 **do ano de dois mil e vinte**, a partir de ferramenta virtual, *google meet*, pelo *link*
4 <https://meet.google.com/kkd-vypu-wme> . A **5ª reunião** do corrente ano iniciou-se às
5 nove horas, sob a Presidência da Profa. Ana Cláudia Joaquim de Barros, que abre os
6 trabalhos agradecendo a presença de todas e todos, desejando uma excelente manhã
7 de trabalho. **EXPEDIENTE:** Verificação das presenças: confirmado quórum, a partir
8 dos acessos ao recurso virtual, observou-se participando da vídeo conferência os(as)
9 conselheiros(as): TITULARES: Alexandre da Silva Simões, Ana Aurélia Tamoio
10 Garcia, Ana Cláudia Joaquim de Barros, Aparecida Ferreira da Silva Gutierrez, Danieli
11 Casare da Silva Moreira, Denilson de Camargo Mirim, Francine Alessandra Gracia
12 Menna, Karla Adriana Gracia Menna, Marina Benitez Flório Fagundes, Miriam Cecília
13 Facci, Odirlei Botelho da Silva, Pedro Luiz Rodrigues, Solange Aparecida da Silva
14 Brito, Valderéz Luci Moreira Vieira Soares. SUPLENTE: não houve registro de
15 suplentes. MEMBROS DA COMUNIDADE: O *link* de acesso foi compartilhado em
16 alguns grupos e redes sociais e a reunião contou com a participação dos seguintes
17 membros da comunidade: Caius Vinícius Valverde de Lima, Carla Anacleto, Cristina
18 Bete, Cristina de Deus Pires, Daniel Merlin, Daniela Stievano, Fabiana Boschetti
19 Nunes, Giane Aparecida Sales da Silva Mota, Gláucia Amendola, Isabel Leite, Kalina
20 Carolina, Margareth Pedroso, Maria José R. R. Antunes, Marisa Omena, Raphaela
21 Bérghamo, Regina Catani, Rita de Cássia Sousa, Roseli Gonçalves Ribeiro Martins
22 Garcia, Rosemeire Munhoz, Sandra Regina, Sara Aparecida Pereira, Sonia Manetta,
23 Sueli Soares, Thaís Helena de Oliveira Moraes, Thelma Antunes Ferreira, Vânia Érica
24 Rodrigues do Nascimento e, ainda, com um participante que não se identificou,
25 configurando como “anônimo”. **Palavra da Presidência:** a Sra. Presidenta, Prof.ª Ana
26 Cláudia Joaquim de Barros, explicou, a luz do Regimento Interno do CMESO, que
27 considerando o artigo 30, “As sessões extraordinárias poderão ser convocadas para
28 qualquer dia e hora, por iniciativa do Presidente ou de 1/3 (um terço) dos Conselheiros
29 em exercício, com a antecedência mínima de 3 (três) dias, salvo caso de extrema

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SOROCABA

30 urgência, e nelas só poderão ser discutidos e votados os assuntos que determinaram
31 sua convocação.”; a referida presidenta abordou ainda os seguintes artigos do
32 regimento interno: Art. 36. As sessões ordinárias e extraordinárias terão a duração de
33 duas horas e trinta minutos. § 1º A sessão poderá ser prorrogada por decisão do
34 Plenário. Art. 37. As sessões serão presididas pelo Presidente do Conselho, que [...]
35 concederá a palavra aos Conselheiros [...] Art. 41. Ao fazer uso da palavra, o
36 Conselheiro não poderá desviar-se do assunto em debate, falar sobre matéria
37 vencida, ignorar as advertências do Presidente ou ultrapassar o prazo regimental a
38 que tem direito. Art. 47. O Expediente terá a duração máxima de 30 (trinta) minutos e
39 obedecerá à seguinte ordem: a) discussão e votação da ata da sessão anterior; b)
40 comunicações do Presidente e dos Conselheiros. Art. 49. Durante o Expediente, o
41 Conselheiro poderá falar sobre cada assunto pelo prazo de 3 (três) minutos,
42 prorrogáveis a juízo do Presidente. Considerando o ineditismo de realizar uma reunião
43 do colegiado a partir de uma ferramenta virtual, a Sra. Presidenta fez as orientações
44 essenciais para a organização dos trabalhos: a) todos deveriam deixar microfones
45 fechados; b) conselheiras e conselheiros que quisessem se manifestar deveriam
46 inscrever-se pela caixa do *chat*, à direita da tela do computador. A presidenta informou
47 que acompanharia as inscrições e indicaria o momento de fala de cada um,
48 ressaltando a importância de que se observasse o tempo regimental de manifestação.
49 A Sra. Presidente, por fim, explicou o contexto em que se deu a convocação para
50 reunião extraordinária, destacando o ofício SEDU/GS Nº 553/2020. **Palavra dos**
51 **membros:** O Cons.º Odirlei Botelho da Silva apresentou sua preocupação com as
52 crianças em situação de vulnerabilidade. Destacou a importância do CMESO discutir
53 caminhos e possibilidades para garantir o acesso dessas crianças à alimentação,
54 usando ou não o espaço das escolas para tal. Esclareceu que não defende a escola
55 enquanto espaço assistencialista, mas entende que nesse momento o quadro é de
56 Calamidade Pública e cabe sim ao CMESO contribuir com essa questão de
57 vulnerabilidade que é bastante séria. Esclareceu que tem procurado conhecer ações
58 que outros municípios tem feito; questionou a Câmara Municipal de Sorocaba e soube

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SOROCABA

59 que há algumas ações sendo discutidas; consultou a UNDIME sobre quais tem sido
60 as orientações aos Secretários e Dirigentes Regionais quanto a essa temática; já
61 provocou essa discussão junto ao colegiado, informalmente pelo aplicativo de *whats*
62 *app*, e entende que se faz urgente que o CMESO pautе a questão. **Palavra dos**
63 **membros da comunidade:** A Prof.^a Margareth Pedroso, Diretora de Escola, se
64 inscreveu para o uso da palavra e ratificou a preocupação do Cons.^o Odirlei Botelho
65 da Silva. Apresentou o contexto da EM Renice Seraphin, escola do Bairro Carandá na
66 qual é diretora e destacou a importância de que se verifique a possibilidade e a
67 legalidade de redistribuir o valor previsto no contrato da merenda, e que não está
68 sendo utilizado nesse momento, para que por meio de parceria com a Secretaria da
69 Cidadania as questões de vulnerabilidade possam ser tratadas. Enfatizou que acredita
70 que deve haver uma possibilidade legal de fazer alguma coisa, visto que outros
71 municípios estão se organizando para tal. **ORDEM DO DIA: 1. Deliberação 02/2020 –**
72 **Reorganização do Calendário Escolar 2020, considerando o Ofício SEDU/GS nº**
73 **553/2020, que solicita apreciação e deliberação para adequações que se fizerem**
74 **necessárias ao Calendário Escolar 2020, diante da crise mundial referente ao COVID-**
75 **19:** A Sra. Presidenta do CMESO, Prof.^a Ana Cláudia Joaquim de Barros, apresentou
76 o contexto no qual se deu a necessidade do colegiado propor a deliberação, foco da
77 reunião extraordinária convocada, a saber: 1. As aulas foram suspensas por 30 dias
78 a partir de 23/03 (passível de prorrogação) pelo decreto 25.661/2020; 2. De 23/03 a
79 03/04 está sendo considerado recesso escolar (antecipação de julho e dezembro),
80 com previsão das aulas serem repostas no referido período; 3. De 04/04 a 21/04, o
81 que compreende 09 dias letivos sem aulas, o cômputo será de 37 horas e meia,
82 considerando a jornada diária de 4h10m, a serem repostas; 4. Considerando o
83 panorama mundial, que indica não haver probabilidade de retorno das aulas após dia
84 21/04, cabe ao CMESO pensar em uma deliberação, pensando neste cenário; 5. Há
85 possibilidade do poder público antecipar parte das férias de janeiro/2021 o que faria
86 com que este ano letivo terminasse no próximo ano civil; 6. O sistema estadual
87 regulamentou, por meio da Deliberação CEE/SE 177/2020, o Ensino semipresencial;

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SOROCABA

88 7. Atividades realizadas fora da escola (semipresencial) não é regulamentada para a
89 Educação Infantil. Nesse contexto, considerando alguns estudos preliminares tendo
90 como referência as legislações recém publicadas sobre a matéria, foram
91 apresentadas três possibilidades que, a priori, deverão nortear a discussão da
92 reunião, resguardadas outras ideias e sugestões advindas da reflexão do colegiado:
93 Plano A – pensar em atividades complementares (não substitutivas às aulas
94 presenciais) considerando que o MEC reduza os dias letivos; Plano B – pensar em
95 atividades complementares neste momento e caso a suspensão de aula se estenda
96 por período maior e o MEC não se posicione, então publicar nova deliberação
97 considerando a Educação à Distância; ou, Plano C - Pensar em atividades
98 complementares e a reposição, por meio de atividades de compensação de
99 ausências, no retorno das aulas. OBS.: A modalidade educação à Distância seria a
100 estratégia a ser adotada, em último caso, esgotadas outras possibilidades. Feita essa
101 exposição, a Sra. Presidenta passou à manifestação dos inscrites: A Cons.^a Miriam
102 Cecília Facci apresenta sua preocupação com a Educação Infantil, uma vez que não
103 há legislação que regulamente “Educação a Distância” para essa etapa e o fato de
104 que até o momento não há nada concreto no indicativo de que haverá qualquer tipo
105 de ajuste quanto aos dias letivos e horas/aula previstas na LDB. O Cons.^o Odirlei
106 Botelho da Silva reiterou a preocupação da Cons.^a Miriam Cecília Facci, destacando
107 que a referida etapa está contemplada na minuta de deliberação encaminhada para
108 apreciação do colegiado. O conselheiro destacou a importância de que haja uma
109 articulação, em que os esforços sejam somados no sentido de que a SEDU publique
110 uma instrução que garanta a execução da deliberação do CMESO. A Cons.^a Danieli
111 Casare da Silva Moreira também referendou a preocupação com a Educação Infantil,
112 destacada pela conselheira e conselheiro que se manifestaram antes dela, e sugeriu
113 que o colegiado organize um grupo de trabalho que se debruce sobre as
114 especificidades da Educação Infantil. A referida conselheira acrescentou como
115 proposta de encaminhamento que o CMESO, o mais breve possível, se manifeste,
116 por meio de Carta Aberta à Prefeita Municipal, o apoio do colegiado à suspensão das

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SOROCABA

117 aulas, pelo tempo que for necessário, dada a gravidade da situação mundial de
118 pandemia. A Cons.^a Aparecida Ferreira da Silva Gutierrez informou que sobre
119 atividades presenciais, a SEDU está pesquisando e buscando possibilidades. Já no
120 que se refere a pensar em antecipação de férias, essa é uma decisão que precisa ser
121 dialogada com a Secretaria de Recursos Humanos (SERH), uma vez que impacta em
122 questões funcionais e trabalhistas. Destacou por fim, que no texto preliminar da
123 proposta de Deliberação usou-se a expressão “Compensação de Ausências” e, a seu
124 ver, o conceito de compensação de ausência é usado para situações em que o dia
125 letivo foi ofertado pela instituição educativa e o aluno, por questões também
126 regulamentadas, não compareceu a aula. Assim, defende que a expressão seja
127 revista em todo o texto da deliberação. A Presidenta do CMESO, Prof.^a Ana Claudia
128 Joaquim de Barros, acolheu as contribuições acerca da proposta preliminar do texto
129 da Deliberação, esclarecendo que as ideias articuladas às legislações recém
130 publicadas foram organizadas no documento preliminar, mas é na discussão com o
131 colegiado que essas e outras questões serão melhor exploradas e redigidas. O Cons.^o
132 Alexandre da Silva Simões retomou a questão das crianças em vulnerabilidade que
133 precisam de uma apoio quanto a alimentação apontadas anteriormente, enfatizando
134 que o CMESO precisa ter o cuidado de não atravessar o CAE – Conselho de
135 Alimentação Escolar, uma vez que aquele é o órgão que delibera sobre as questões
136 de alimentação escolar. O referido conselheiro apoiou e reiterou a necessidades de
137 que seja endereçada, o mais rápido possível, uma Carta Aberta em apoio as ações
138 da Prefeita, conforme fora anteriormente sugerido. Por fim, compartilhou experiência
139 que tem vivido com as atividades acadêmicas, nesse momento em que os encontros
140 presenciais estão impossibilitados. Destacou o cuidado de que as propostas não
141 sejam sincrônicas, ou seja, que exijam o acesso simultâneo de muitas pessoas à rede
142 mundial de computadores (internet), visto que esse tipo de atividade limita e pode
143 excluir aqueles que não conseguem acessar a rede. Destacou ainda, que há que se
144 ter muito cuidado com a ideia de produção, a toque de caixa, de materiais para vídeo
145 aulas, visto que para esse tipo de oferta o tempo de planejamento é imprescindível. A

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SOROCABA

146 Sra. Presidenta do CMESO, Prof.^a Ana Claudia Joaquim de Barros, agradeceu cada
147 uma das manifestações e propôs como encaminhamento que um grupo se
148 responsabilize para assumir a escrita de um texto preliminar da Carta Aberta à
149 Prefeita, para que na próxima reunião ordinária possa ser apreciado, uma vez que o
150 plenário aprove a proposta de encaminhar referida missiva. Colocada em votação a
151 proposta foi aprovada, tendo os votos sido indicados na janela do *chat* da ferramenta
152 utilizada para a realização da reunião. Perguntado sobre interessados em compor o
153 grupo, manifestaram-se e foram acolhidos, os seguintes conselheiro e conselheiras:
154 Alexandre da Silva Simões, Danieli Casare da Silva Moreira, Miriam Cecília Facci,
155 Solange Aparecida da Silva Brito e Valderéz Luci Moreira Vieira Soares. A Cons.^a
156 Danieli Casare da Silva Moreira, inscrita para manifestação, destacou que sobre a
157 questão de oferta de alimentação às crianças em vulnerabilidade, também se
158 preocupa com a possibilidade do colegiado se sobrepor ou se adiantar ao CAE.
159 Destacou que tem matéria sobre o assunto tramitando no Senado e que o Sr.
160 Wanderlei Acca, Secretário Municipal da Educação, tem acompanhado de perto todas
161 as discussões acerca disso e, nas conversas com a referida conselheira, tem se
162 mostrado muito sensível e preocupado com a temática. Destacou ainda, que há que
163 se realizar um estudo cuidadoso das limitações do PNAE – Programa Nacional da
164 Alimentação escolar, e defendeu que, havendo repasse de alguma verba para esse
165 fim, que as ações a serem implementadas ocorram sob a coordenação do CAE e da
166 SECID. Sobre a proposta de deliberação para adequação do Calendário escolar 2020,
167 a conselheira destacou que é preciso estudar os pareceres publicados pelo Conselho
168 Nacional e Educação (CNE) e, pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), em
169 especial quanto ao conceito de “dia de efetivo trabalho escolar”, para o Ensino
170 Fundamental e, “dia de efetivo trabalho educativo” para a Educação infantil, sugerindo
171 por fim, que para além dos estudos dos pareceres, seja feita uma consulta formal ao
172 CNE. A Sra. Presidenta do CMESO, Prof.^a Ana Cláudia Joaquim de Barros, solicitou
173 que o Cons.^o Alexandre da Silva Simões retomasse suas sugestões de
174 encaminhamentos acerca da situação das crianças em situação de vulnerabilidade,

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SOROCABA

175 elencando-as: 1. Solicitar (informalmente) a posição do CAE para que o CMESO
176 pense em ações a partir do posicionamento daquele colegiado; 2) Solicitar uma
177 reunião conjunta com o CAE, se possível para a próxima terça-feira – reunião ordinária
178 do CMESO – para que o assunto seja apreciado e debatido; 3) Oficiar o CAE
179 solicitando avaliação do tema. Após ampla discussão, deliberou-se, com aprovação
180 da maioria dos conselheiros, que a presidência encaminhará as duas primeiras ações
181 indicadas pelo Cons.^o Alexandre da Silva Simões. A Cons.^a Solange Aparecida da
182 Silva Brito sugeriu que antes de qualquer decisão e publicação de uma Deliberação
183 pelo colegiado, as escolas sejam ouvidas e chamadas a se posicionarem sobre as
184 possibilidades apresentadas na reunião corrente, uma vez que é na escola que as
185 ações deverão se efetivar. O Cons.^o Alexandre da Silva Simões apoiou a sugestão e
186 destacou que o site do CMESO pode ser um canal efetivo para essa “escuta”
187 acontecer, visto que esse tipo de consulta pública já fora feita em outras ocasiões,
188 motivadas por outras necessidades. Enfatizou ainda, que considerando o cenário de
189 “cabo de guerra” instaurado entre governo estadual e governo federal, num contexto
190 em que não se pode prever que rumo as decisões tomarão, quanto mais pessoas
191 forem ouvidas, maior a chance das ações do colegiado serem assertivas. A Cons.^a
192 Aparecida Ferreira da Silva Gutierrez apresentou seu entendimento de que não seria
193 esse o momento de abrir a discussão para a rede. A seu ver, essa consulta poderia
194 ocorrer, e fará muito sentido acontecer, no momento de discutir o como
195 operacionalizar as ações da deliberação, uma vez que tal documento, não trará o
196 “como” o “passo a passo” mas sim as linhas gerais que nortearão as ações da SEDU
197 que, a seu ver, não terá muito como fugir do que está indicado na Deliberação do
198 Conselho Estadual de Educação. A Cons.^a Solange Aparecida da Silva Brito e o Cons.
199 Odirlei Botelho da Silva reiteraram a importância de que a rede seja ouvida ainda no
200 processo de discussão para a construção da Deliberação e não somente no momento
201 da operacionalização, entendendo que essa participação será a partir das
202 regulamentações publicadas. A Cons.^a Aparecida Ferreira da Silva Gutierrez destacou
203 que é favorável a consulta, uma vez que ampliar as discussões sempre é bom, mas

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SOROCABA

204 entende que a deliberação não vai fugir das atividades semipresenciais, uma vez que
205 caso se encaminhe para outras ações, como antecipação de férias, por exemplo,
206 entende que não seriam enviadas atividades aos alunos e sendo assim, as
207 expectativas dos pais e das famílias de verem seus filhos menos ociosos, com
208 atividades, jogos e outras orientações que ajudem no desenvolvimento intelectual das
209 crianças, não estaria contemplada. A Cons.^a Ana Aurélia Tamoro Garcia, manifestou-
210 se no *chat* apoiando a consulta às equipes escolares visto se tratar de questão
211 inusitada, ampla e delicada. A Sra. Presidenta, Prof.^a Ana Cláudia Joaquim de Barros,
212 problematizou que uma das decisões importantes a ser contemplada na deliberação
213 é se as atividades semipresenciais serão consideradas como atividades
214 complementares ou comporão os dias letivos a serem repostos?, ponderando que
215 ouvir as equipes escolares seria importante para ajudar o colegiado a tomar essa
216 decisão. O Cons.^o Pedro Luís Rodrigues defendeu a consulta pública visto a
217 necessidade de conhecer e considerar as diferentes realidades tanto para
218 compreender as possibilidades e as limitações que serão encontradas, quanto para
219 que não seja decisão impositiva, de cima para baixo, como já se viu ocorrer em outras
220 temáticas. A Cons.^a Danieli Casare da Silva Moreira ratificou a necessidade de que
221 haja uma ampla discussão com os atores que serão responsáveis por garantir que as
222 ações previstas na deliberação aconteçam, sem desconsiderar o o fato de que a
223 gestão democrática é princípio constitucional e previsto na LDB. A Cons.^a Ana Aurélia
224 Tamoio Garcia, inscrita para manifestar-se por áudio, ratificou a importância da
225 consulta pública e também indicou a necessidade de que todo o colegiado pense
226 numa perspectiva positiva, no sentido de que a situação possa se resolver mais rápido
227 do que se tem previsão, em especial para o contexto da Educação Infantil. O Cons.^o
228 Pedro Luís Rodrigues justificou a necessidade de encerrar sua participação na
229 reunião, visto compromissos assumidos anteriormente a convocação e apontou
230 alguns ajustes de coesão necessários ao texto preliminar da deliberação. O Cons.
231 Alexandre da Silva Simões, retomando a discussão sobre a consulta pública, ratificou
232 a importância da gestão democrática ser o primeiro princípio a ser considerado;

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SOROCABA

233 demonstrou concordância com a Cons.^a Aparecida Ferreira da Silva Gutierrez quanto
234 a percepção de que o colegiado não conseguirá fugir muito da proposta das atividades
235 semipresenciais; e, externou que vê como muito importante consultar as equipes
236 escolares para conhecer a realidade das comunidades, visando mapear as
237 possibilidades e limitações de cada uma, conforme apontado pelo Cons.^o Pedro Luís
238 Rodrigues. A Cons.^a Miriam Cecília Facci defendeu a consulta pública, embasada no
239 princípio da gestão democrática, enfatizando que o CMESO se fortalecerá no
240 movimento de escuta à rede. A Cons.^a Danieli Casare da Silva Moreira destacou a
241 importância das especificidades da Educação Infantil serem contempladas na
242 pesquisa e que as câmaras da Educação Infantil e Ensino Fundamental precisam se
243 unir para os estudos necessários, enfatizando que oportunizar uma pesquisa pública
244 é fomentar a gestão democrática que ainda é carente de consolidação enquanto valor
245 (princípio). O Cons.^o Odirlei Botelho da Silva destacou que, conforme já havia indicado
246 na reunião anterior, as câmaras foram compostas, mas ainda não elegeram seus
247 presidentes e vice-presidentes, ação essa extremamente necessária para garantir que
248 os trabalhos sejam continuados. Enfatizou que é urgente que se inicie os estudos para
249 pensar na creche, bem como a pesquisa pública poderá oportunizar aos profissionais
250 que atuam com as crianças de 0 a 3 anos também se pronunciarem. A discussão
251 acerca da presidência das câmaras foi ampliada e a Sra. Presidenta do CMESO
252 informou que, com o apoio do Cons.^o Alexandre da Silva Simões, organizará
253 estratégia para que seja possível a realização das reuniões das câmaras de forma
254 que as presidências sejam eleitas e os trabalhos continuados. A Cons.^a Danieli Casare
255 da Silva Moreira informou que o Prof. Antonio César Russi Callegare colocou-se à
256 disposição do CMESO para auxiliar nos encaminhamentos e estudos necessários
257 quanto à adequação do Calendário Escolar de 2020. A Sra. Presidenta do CMESO,
258 Prof.^a Ana Cláudia Joaquim de Barros, após certificar-se que havia nenhuma inscrição
259 para manifestação pendente, colocou em votação a proposta de realização de
260 consulta pública acerca da adequação do Calendário escolar de 2020. A proposta foi
261 aprovada, sem votos contrários ou abstenções. Passou-se a seguir, iniciada pelo

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SOROCABA

262 Cons.^o Alexandre da Silva Simões, à uma discussão sobre quem seria o público alvo
263 dessa consulta pública. A Presidenta do colegiado indicou que entende que as escolas
264 da rede pública municipal, considerando as privadas de atendimento exclusivo à
265 Educação Infantil, por também pertencerem ao sistema municipal, são o foco/público
266 alvo da consulta pública. A Cons.^a Aparecida Ferreira da Silva Gutierrez apresentou a
267 importância de que o tempo de operacionalização da ação pelas escolas seja
268 problematizado, bem como se a participação será aberta para posicionamentos
269 individuais ou se o diretor de cada unidade apresentaria uma síntese de sua
270 comunidade. Houve um amplo debate sobre essas questões com apoio e
271 contraditórios à manifestações individuais; defendeu-se ainda que a proposta esteja
272 alinhada a prazos, que seja garantida a publicidade via Jornal do Município e, que se
273 busque o apoio da Secretaria da Educação. Por fim, o consenso foi de que a proposta
274 é de uma consulta pública, direcionada às comunidades escolares, que deverão ser
275 ouvidas pelos meios possíveis, preservada a situação de distanciamento social que a
276 cidade vivencia e, os diretores de escola ou quem esse designar fará a síntese das
277 contribuições preenchendo formulário no *google form*, cujo *link* para acesso será
278 amplamente divulgado e disponibilizado na página do CMESO www.cmeso.org.
279 Colocada em votação o formato da consulta pública, a mesma foi aprovada sem
280 manifestações contrárias ou abstenções. A Sra. Presidenta do CMESO, Prof.^a Ana
281 Cláudia Joaquim de Barros colocou para deliberação do pleno a possibilidade de
282 coletivamente construir a ferramenta da pesquisa, uma vez que havia a
283 possibilidade regimental de estender o tempo da reunião, ou se esse movimento seria
284 feito por um pequeno grupo. As manifestações, via *chat*, indicaram que um pequeno
285 grupo seria mais produtivo dada a celeridade necessária à execução da demanda.
286 Colocaram-se a disposição para auxiliar na construção da pesquisa o Cons.^o
287 Alexandre da Silva Simões (apoio tecnológico), e as conselheiras Ana Cláudia
288 Joaquim de Barros, Danieli Casare da Silva Moreira, Francine Alessandra Gracia
289 Menna, Solange Aparecida da Silva Brito e Valdez Lucio Moreira Vieira Soares. Em
290 vias de encerrar a reunião, muitas foram as manifestações de agradecimento e

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SOROCABA

291 parabenização à condução irrepreensível feita pela Sra. Presidenta do colegiado,
292 Prof.^a Ana Cláudia Joaquim de Barros. A munícipe Raphaela Bérnago perguntou, via
293 *chat*, se era possível explicar qual foi a decisão/indicação da rede estadual. A Sra.
294 Presidenta Ana Cláudia Joaquim de Barros prontamente respondeu com base na
295 Deliberação do CEE nº 177/2020. A Cons.^a Ana Aurélio Tamoio Garcia destacou a
296 importância de que as questões relacionadas aos alunos com Necessidades
297 Educacionais Especiais (NEE) também sejam pautadas nos estudos de adequação
298 do Calendário Escolar de 2020. O Cons.^o Alexandre da Silva Simões destacou o quão
299 profícua foi a reunião realizada utilizando a *internet* como ferramenta enfatizando, em
300 especial, a participação da comunidade que se deu em um número muito superior ao
301 da média já observada nas reuniões presenciais. A Cons.^a Solange Aparecida da Silva
302 Brito informou que contabilizou 26 (vinte e seis) acessos de membros da comunidade,
303 alguns ficaram do início ao fim, outros acompanharam determinados momentos da
304 reunião. O Cons.^o Alexandre da Silva Simões externou, por fim, o desejo de que o
305 colegiado não mais abra mão da ferramenta, visando oportunizar o acompanhamento
306 e ampliar o acesso da comunidade aos trabalhos do colegiado. Enfatizou que para
307 tanto, será necessário que o poder público garanta uma internet de qualidade na sede
308 dos conselhos da educação, sugerindo que a presidência oficie a SEDU solicitando
309 providências nesse sentido. A Cons.^a Valderes Luci Moreira Vieira Soares apoiou a
310 sugestão do conselheiro Alexandre da Silva Simões, destacando que o colegiado está
311 amparado legalmente quando cobra infraestrutura para o desenvolvimento dos
312 trabalhos. Os membros da comunidade que acompanhavam o encerramento da
313 reunião manifestaram-se pelo *chat* e algumas dessas manifestações comporão os
314 anexos desta ata. A Sra. Presidenta da CMESO, Prof.^a Ana Cláudia Joaquim de
315 Barros após receber uma salva de palmas “virtuais”, de cada um dos que ainda
316 estavam conectados, em celebração à brilhante condução da reunião, agradeceu
317 sobremaneira a participação de todas e todos; solicitou que colegiado aprecie a
318 proposta de deliberação que deverá ser retomada na próxima reunião ordinária, dando
319 os trabalhos do dia por encerrados. **Justificaram ausência:** Angélica Lacerda

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SOROCABA

320 Cardoso. Eu, Solange Aparecida da Silva Brito, lavrei a presente ata que, após lida e
321 achada conforme, será assinada por mim e por todos os presentes. Sorocaba, 27 de
322 março de 2020.

323 _____
324 _____
325 _____
326 _____
327 _____
328 _____

329
330 Ata aprovada na 549ª Reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação de Sorocaba, realizada remotamente
331 por meio de vídeo conferência na plataforma Google Meet).

332
333

334 ANEXOS

335 1. Algumas manifestações via chat dos membros da comunidade:

336 **Margareth Pedroso - 10:58**

337 Peço licença, preciso sair, não poderei ficar até o final, mas antes quero agradecer ao conselho por se dispor
338 a ouvir as escolas na questão do calendário escolar e por acolher o tema da merenda. Importante lembrar que
339 enquanto as verbas federais não são liberadas, muitas crianças já passam fome, assim, apesar da educação não
340 ter função assistencialista, e sim pedagógica, penso que enquanto educadores devemos nos mobilizar para
341 contribuir com... o executivo e legislativo na busca de soluções para que atendam essas famílias em situação
342 de vulnerabilidade social. A escola não é e nem deve ser assistencialista, temos que ser firmes ao levantar essa
343 bandeira, mas se for possível, legalmente, diante da situação emergencial que se configura, o redirecionamento
344 dessa verba que está parada no momento, para a Secretaria da Cidadania, devemos colaborar para tanto.
345 Muito obrigada por estarem dispostos a fazer essa verificação. Acredito que seria interessante complementar
346 as ações listadas com uma consulta à UNDIME, para verificar em que legislação se pautaram para orientar os
347 dirigentes municipais nessa possibilidade de transferência.

348

349 **Cristina de Deus - 10:58**

350 Qual é o canal de envio!? Se for pesquisa do Google vai até pelo WhatsApp daí agiliza pra escolas.

351

352 **Fabiana Boschetti Nunes - 10:59**

353 Temos que realizar o exercício de fala e de escuta enquanto gestores. Publicidade é a questão fundamental,
354 mas acredito que a divulgação via zap e site do CMESO nessa situação emergencial alcançará essa questão.

